

POR UM URBANISMO DE GUERRILHA

FOR A GUERRILLA URBANISM

Resumo: Observamos em geral que a matriz projetual e construtiva a partir da qual operam os arquitetos e urbanistas contemporâneos é de origem moderna.¹ Mas, poderiam esses profissionais se contentar em repetir, sem singularizar, as “mesmas” ferramentas e modos de pensar deixados pela modernidade para construir ambiências em tempos tão efêmeros, vulneráveis, portáteis, residuais, instáveis, ambigualmente delicados e violentos? Além de desatualizadas percebemos também que essa produção projetual e construtiva responde às demandas dos macro-poderes e legisla a favor de saberes tutelados constituindo a subjetividade hegemônica dos profissionais desse campo. Esse texto busca apontar a necessidade dos arquitetos urbanistas estarem atentos também a outros fluxos de subjetividades emergentes, singularidades micropolíticas e microfísicas – que estão a todo momento a infiltrarem a ordem dominante e perceber neles outros enunciados, outros agenciamentos e também diferentes possibilidades de construir seus saberes e modos de ações.

Palavras Chave: Saber, Poder, Subjetividades urbanas

Abstract: We observe that the constructive and project matrix from which operate the contemporary architects and urbanists is modern source. But could these professionals settle on repeat that without singularize, the “same” tools and ways of thinking left by the modernity, to build ambiances in so ephemeral, vulnerable, portable, unstable, ambiguously delicate and violent times? In addition we also realize that this outdated project and constructive production answers to the demands of macro-powers and legislate in favor of knowledges, constituting a hegemonic subjectivity of professionals in this field. This text points the need of architects urban planners being aware of other emerging subjectivities streams, micropolitics and microphysical singularities – that all the time infiltrate the dominant order, and realize in them other statements, other agencies and also different possibilities to build their knowledges and modes of actions.

Keywords: Knowledge, Power, Urban subjectivities

Desde a construção da hegemonia moderna no campo arquitetônico urbano, iniciativas, proposições, posturas, invenções na direção de confronto com as propostas do pensamento dominante vêm sendo desenvolvidas ao longo dessa recente história. Esse debate inicia-se nos anos 1960 com as derivas situacionistas, com as especulações do Archigran, com as proposições do Team X, dos arquitetos ditos participacionistas de Giancarlo de Carlo a Lucien Kroll, passando pelas experiências de Christopher Alexander, Habraken, Hassan Fathy até os feitos no Brasil de Lina Bo Bardi, Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Sérgio Ferro, dentre outros exemplos. Se nos idos dos anos 1960 o confronto se faz pela crítica de determinados grupos ou por iniciativas isoladas de arquitetos urbanistas, artistas, intelectuais e ativistas frente às posturas assumidas pelas vozes hegemônicas no que diz respeito aos modos de projeção e produção de arquiteturas e cidades; o que vemos hoje é ainda a necessidade não só da problematização desses dispositivos projetuais, mas também da sua atualização considerando que outros arranjos e formas de vida emergiram construindo novas subjetividades.

Esse artigo se ocupa dessas questões, um mundo em transformação, outros personagens e novos atores urbanos, novos modos de convívio e de se morar diferentes dos modernos, novos corpos singulares e coletivos despontaram demandando por outras formas de mobilidade e de abrigo. E o aparato conceitual e projetivo apesar de esgarçado permanece protegido – ali onde deveria ser contundentemente questionado, ou seja, nos ateliês de projeto nas escolas de Arquitetura e Urbanismo, nos escritórios de arquitetura, no canteiro de obras, lá onde são construídos os saberes e poderes da disciplina. A necessidade de ressingularização de ações nas esferas arquitetônica e urbana vem sendo pronunciada e até mesmo alardeada em alguns meios acadêmicos preocupados com uma abordagem mais atualizada e situada das ações desses profissionais diante das subjetividades contemporâneas. Se essas discussões ganham espaço no domínio da Sociologia e da Antropologia urbanas, e se no recorte das escolas de Arquitetura chegam pelas portas do Urbanismo e da teoria, vê-se que tais preocupações adentram com bastante dificuldade e muito superficialmente os ateliês de projeto.

Sobre dispositivos projetuais hegemônicos

As cidades são campos de luta e invenções re combinadas constantemente. Empreendedorismo, especulação imobiliária, megaestruturas, autoconstrução, “invasões/ocupações” são vetores que carregam uma grande diversidade de saberes, poderes e subjetividades tanto na sua escala hegemônica quanto no âmbito das resistências. Por outro lado, os dispositivos projetuais ensinados no âmbito acadêmico em sua maioria legislam a favor de uma abordagem vertical, hierárquica, homogênea do território resultando quase sempre na construção de ambiências planificadas e desituadas. “Olhar de pássaro”, postura demiúrgica² do arquiteto urbanista, “tábula rasa”,³ “homem-modulor”⁴ ideal são apenas algumas categorias a serem citadas que correm inabaladas e com pouca interpelação mundo afora, colonizando ainda a formação dos arquitetos urbanistas atuais. Geralmente, atuando quase sempre pelo centro em nome da verdade e da unicidade, o uso dessa metodologia projetual acaba por resvalar-se numa visão recortada e reducionista do meio produzindo paisagens repetidas ou mesmo genéricas, uma vez que a sua abordagem acaba escamoteando a heterogênesse da vida tal como ela é. Mas então, como simplesmente aplicar tais dispositivos em nome de pragmatismos “competentes” para a construção de territórios que se fazem na fragmentação, na multiplicidade, na incerteza, na efemeridade, no risco? Como aplicá-los incólumes sob essa outra subjetividade na qual o mundo se apresenta? Como nos dias de hoje abordar a arquitetura somente enquanto objetos fechados em si e não como a encarnação de processos? Processos de pensar, de construir, de habitar, de incorporar, de atualizar, modificar, adaptar, de singularizar presenças, presentes, potências.

A construção do pensamento dominante nesse campo alimenta e/ou está a serviço de práticas arquitetônicas e urbanísticas advindas de correntes urbanísticas aparente-

mente distintas, tais como o planejamento estratégico, o *new urbanism*, o urbanismo *extra-large*, o urbanismo corporativo, o *marketing* urbano, ou seja, respondem a voz de mercados específicos e contribuem para a despolitização e estetização⁵ consensual dos espaços urbanos. Existe, portanto, um contexto específico de um Capitalismo Mundial Integrado (CMI)⁶ que subsidia e sustenta tais práticas, mas que não pode ser estratificado para além de suas fronteiras e também não constitui possibilidade para a grande parte dos arquitetos urbanistas, e muito menos caracteriza a única circunstância sobre as quais se fazem nossas cidades.

Diferentes demandas, contextos sociais, econômicos, culturais, subjetividades e singularidades constituem uma pluralidade de situações que acabam por reclamar aos arquitetos urbanistas pela invenção de diferentes agenciamentos⁷ e habilidades projetuais e construtivas. É importante reconhecer que “projeto” entende-se como sendo todo um processo de abordagem investigativo, propositivo e reativo acerca de uma dada situação. Assim, é atribuição do arquiteto urbanista reconhecer, identificar e mesmo construir mercados produtores de habitações, objetos do cotidiano, cidades, parques, jardins e ambiências. Torna-se difícil que a ideia de “projeto” caiba na formulação de um tipo de metodologia a ser aplicada em diferentes situações, mas sim o seu reverso. Metodologias são constituídas a partir das singularidades das situações que demandam pela ação dos arquitetos urbanistas. Nesse caso, haveria um assujeitamento das “metodologias” em relação às contingências, elas seriam circunstanciais. O projeto,⁸ como parte do nosso fazer, pode ser visto também como arranjo de possibilidades entre oportunidades, necessidades, demandas, virtudes do mundo contemporâneo no sentido macro e a poética da vivência das coisas numa visão mais micro. Nesse sentido, projetar está também próximo de se arranjar possibilidades e não sempre e em qualquer circunstância atrelado à ideia de intervir.

Essas “outras” percepções acerca de projetos e metodologias, diferentes das disseminadas pelo pensamento hegemônico no nosso campo, podem nos remeter a noção de devir na perspectiva que nos coloca Deleuze e Guattari (1995). A noção do devir está relacionada às forças subjetivas implicadas com vontades e desejos que criticam e recusam a ordem hegemônica – são posturas, ações daqueles que buscam percursos alternativos à ordem dominante. Está associado à ideia de resistência criativa, isto é, transversalidade e ao mesmo tempo imaginação coletiva. A deserção de certos circuitos consagrados (estatais, políticos, midiáticos, arquitetônicos, urbanísticos) e a invenção de novas cenas. O devir não tem passado nem futuro, o devir não se dirige a um ponto nem parte de outro. O devir é o meio, é pensar no meio, encontrar o meio, ser diferente ao meio. Aqui não há meio nem fim. O devir cria ligações, espalha-se, não cria pontos de ordem. (DELEUZE; GUATTARI, 1995) Certas dinâmicas urbanas (nomadismos sociais, novos corpos humanos, redes sociais de autovalorização, devires minoritários, êxodo e evacuação de lugares de poder) exemplificam ações e posturas na lógica da

resistência nos dias atuais. Seria interessante que os arquitetos urbanistas estivessem atentos a esses fluxos de subjetividades emergentes, singularidades, micropolíticas,⁹ microfísicas – que estão a todo momento a atravessarem a ordem dominante e perceber neles outros enunciados, outros agenciamentos e também diferentes possibilidades de construir seus saberes.

De todo modo, diante do aparente consenso sobre a cidade contemporânea, diante do que pode ser chamado de “cidade do pensamento único”. (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000), é comum por parte dos arquitetos urbanistas a adoção de estratégias projetuais deterministas, prescritivas, normativas, totalitárias, formalistas, demiúrgicas e “estetizantes” a despeito das subjetividades e vetores de singularidades em jogo. Exemplo contundente dessa situação é que, quando chamados a agir em favelas ao invés de seguirem os movimentos já iniciados pelos moradores e de aproveitarem da participação popular já existente, esses profissionais impõem através de seus projetos sua própria lógica construtiva, diretamente ligada à cultura e à estética da cidade formal. Vê-se um fragmento da cidade formal incrustada na cidade informal, uma vez que as estratégias projetuais utilizadas mostram-se indiferentes aos modos de produção das favelas.¹⁰ Na concepção de Milton Santos (2006), decalques¹¹ de espaços luminosos sobre a realidade opaca.¹² O conceito de tábula rasa e o arquiteto demiurgo nesses casos novamente se reabilitam. Relaciona-se, então, a racionalidade rígida, o pensamento hegemônico de arquiteturas eruditas apreendidas no meio acadêmico e a espontaneidade original de autoconstruções populares, dispositivos arquitetônicos e urbanos pouco incorporados pela maioria dos arquitetos urbanistas, mas que edifica parte significativa do território brasileiro. Nessa e em outras situações, as estratégias adotadas excluem a possibilidade de condução nas maneiras de pensar e agir em direção à construção de uma alteridade urbana. Afinal, desde tempos modernos reproduzimos em parte considerável de nossas práticas o gesto de Le Corbusier apontando de cima para baixo para a maquete da *ville radieuse*.¹³ Essa iconografia reflete o olhar hierárquico do arquiteto, a maneira vertical, manipuladora e totalizadora de se abordar uma dada situação que consequentemente ecoa de forma direta na construção de um tipo de paisagem planejada. Essa estratégia fundamenta um modo de ver que reflete num jeito de projetar que, por sua vez, resvala na singularidade desses espaços, nos modos de morar, nas relações cotidianas de seus moradores com suas ambiências e assim por diante. Não se está desconsiderando de maneira alguma a força subversiva dos habitantes que irão ocupar e transgredir essas arquiteturas.

Entre o distante idealizado e o imediato desconhecido

Podemos dizer que o pensamento hegemônico agencia e disponibiliza ferramentas projetuais hábeis quando se trata da produção da cidade formal, dos espaços lumino-

sos, mas o mesmo não pode ser afirmado quando o que está em jogo são ações nos espaços opacos. Na concepção de Milton Santos (2006) os espaços luminosos são aqueles bem servidos pelas políticas públicas e privadas, pelas redes informacionais, pela infraestrutura urbana. A partir desses espaços é que a elite se cria e passa a ditar as regras para todo o resto da sociedade, projetando modelos e padrões que devem ser repetidos. (PORTELA, 2007) É oportuno identificar que os saberes, poderes e subjetividades em jogo legislam a favor das noções de unicidade e totalidade (o projeto como objeto fechado), verticalidade (a manipulação do território visto de cima), supremacia de autorias tuteladas, pensamento binário (pensar por partes), linearidade (pensamento sequencial evitando sobreposições), dentre outras noções. No âmbito do pensamento dominante somente os agentes hegemônicos interessam. São saberes, poderes e subjetividades hegemônicos investidos na construção de espaços luminosos. Esse debate envolve questões relacionadas à homogeneidade e ao consenso que se pretende o pensamento hegemônico para garantir sua perpetuação em zona de tranquilidade.

O pensamento cunhado na academia, simultaneamente e com maior intensidade na mídia caracteriza-se por constituir-se enquanto hegemonia. O modelo hegemônico é planejado para ser, em sua ação individual, indiferente a seu entorno. (SANTOS, 2006, p. 107)

Mas, se o que está em questão são ações nos espaços opacos (aqueles que encarnam noções de informalidade, precariedade, pobreza e de falta), o que percebemos é uma investidura do pensamento dominante absoluta sem deixar se afetar pelos saberes, poderes e subjetividades próprios desses territórios. Percebemos então o quanto o saber hegemônico difundido na academia, assim como as opções de como se projetar e construir elencadas pelos arquitetos urbanistas responde às subjetividades das vertentes do urbanismo contemporâneo, sejam essas advindas do *new urbanism*, do planejamento estratégico, do *urbanism extra-large*, da cidade genérica, do *marketing* urbano. Estaríamos numa zona de conforto se, para além desses ditames hegemônicos e homogêneos sobre como fazer arquiteturas e cidades, não existisse uma legião imensurável de expropriados, marginalizados, desalojados, desterritorializados (na esfera pública e privada) dos seus modos de habitar, produzir, apropriar arquiteturas e cidades. Isso demandaria por parte dos arquitetos urbanistas tomadas de decisões hábeis no trato com realidades tão complexas e conflituosas.

Claude Lévi-Strauss (1989) e Michel De Certeau (1994) também problematizaram sobre as dinâmicas de produção de territórios tanto nas suas dimensões macropolíticas quanto na direção de uma micro-política. Nas formulações de Lévi-Strauss podemos relacionar as maneiras de produção dos arquitetos urbanistas às estratégias difundidas pelo “pensamento científico”, onde através de projetos são previamente escolhidas as tecnologias, a matéria-prima, as ferramentas a serem utilizadas na feitura de uma paisagem. Já os habitantes/construtores principalmente restringidos por questões

econômicas constroem suas ambiências dentro de um universo fechado, onde as regras do jogo são sempre no sentido de se fazer o que puder com aquilo que tiver nas mãos, ou seja, com um conjunto de ferramentas que é finito e heterogêneo a partir do que Lévi-Strauss (1989) nomeou de “pensamento selvagem”. Somam-se a essas considerações sobre as maneiras de produção de ambiências e paisagens às reflexões do historiador francês Michel De Certeau (1994),¹⁴ onde, para além da materialidade, ajusta-se também a questão do tempo. Se nós arquitetos trabalhamos na perspectiva de um tempo linear, de causa e efeito, cronológico, projetar para depois construir, o homem comum, construtor/morador, trabalha na superfície, no imprevisto, como um repentista, aproveitando circunstâncias e ocasiões – constrói com o que se tem no tempo que sobra, ou que dobra.

Ziguezagueando por entre o saber “selvagem” daquele que constrói com o emprego de meios, instrumentos, tecnologias, materialidades que encontra à sua disposição e que não foram especialmente concebidos para a ação na qual irão servir e por entre o fazer “tático” daquele que aproveita das circunstâncias e delas depende, aquele que opera golpe por golpe, lance por lance, que joga com o terreno que lhe é imposto apontando para uma hábil utilização do tempo; vemos os construtores/habitantes antropofagicamente construindo suas ambiências, seus pedaços de cidade, seus territórios opacos.

O funcionamento dos espaços hegemônicos supõe uma demanda desesperada de regras; quando as circunstâncias mudam e, por isso as normas reguladoras têm de mudar, nem por isso sua demanda deixa de ser desesperada. Tal regulação obedece a consideração de interesses privatísticos. Já o cotidiano supõe uma demanda desesperada de política, resultado da consideração conjunta de múltiplos interesses. (SANTOS, 2006, p. 127)

Vemos nos dias de hoje, ações de arquitetos urbanistas buscando pela construção de saberes híbridos que se fazem por entre estratégias e táticas, por entre o pensamento selvagem e científico. Vale lembrar que desde os anos 1960 uma suave rede/rizoma¹⁵ vem sendo tecida no sentido de confrontar e construir alternativas às maneiras hegemônicas de pensar a função social e política do projeto de Arquitetura e Urbanismo. Podemos por vezes observar a incorporação de saberes da tecnologia da informação disponibilizados na *web* levando aos leigos, numa linguagem acessível, conhecimentos acerca da construção arquitetônica (tecnologias, materiais, fornecedores, viabilidades, custos), ou ainda manipulação de modelos 3D simulando a visualização de ambiências antes da sua edificação ou ainda trabalhos de profissionais junto a mutirões, *sites* na internet ou mesmo construções efêmeras que se fazem como uma pedagogia do “faça você mesmo”, utilizando materiais cotidianos encontrados com facilidade no mercado; esses são alguns dentre outros exemplos de invenções de diferentes interfaces com o objetivo de informar/fomentar a autoconstrução e/ou a autogestão. Cada um desses profissionais à sua maneira tem buscado problematizar e reinventar o projeto como agenciamento que elenca e/ou inventa dispositivos a cada situação que a realidade

nos coloca. Apesar desse esforço, observa-se na produção de territórios que essas iniciativas são infinitamente minoritárias quando comparadas às forças produtivas do pensamento dominante no nosso campo e as ações que dele decorrem.

As dobras da subjetividade: saber e poder

Nessa perspectiva, importa buscarmos conhecer e problematizar as especificidades no campo do saber que carrega nossa profissão, nossos modos de ação, nossas posturas. Interessa compreendermos acerca dos processos de subjetivação que contribuíram para a produção das subjetividades dos arquitetos urbanistas e docentes da disciplina na elaboração de multiplicidades de histórias, teorias, paradigmas, pensadores sobre a arquitetura e as cidades, suas questões, problemas e soluções. Interessa nos determos nas variáveis contextualizadas que se relacionam com os saberes, poderes e as subjetivações que orientam o pensamento e a formação dos arquitetos urbanistas contemporâneos e como esses são reproduzidos e tematizados. Vale adentrarmos no terreno do saber, onde repousam e/ou se atualizam o conhecimento, as verdades”, as positivities,¹⁶ as experiências dos arquitetos urbanistas desde os modernos (no caso desse texto), seus atravessadores, adeptos, críticos, defensores, potenciadores, dissidentes, combatentes buscando-se alcançar as práticas atuais. Faz-se necessário percorrermos essa ambiência onde ciência e experiência ora se aliam, ora se confrontam, se misturam, se contaminam, se excluem. Importa refletirmos sobre a forma de se pensar o saber específico da “maioria”, da disciplina da arquitetura e do urbanismo, de caracterizarmos o exercício do poder que permeia esse saber (o diagrama de forças que o compõem). Torna-se desejável desenvolvermos essa investigação tomando-se por dimensão de prospecção tanto a perspectiva hegemônica como também pesquisar como os microssaberes, micropolíticas e singularidades infiltram nesse campo dominante. Isto é, práticas dos homens comuns em suas lidas cotidianas nas construções de suas ambiências, bem como, o confronto e a luta de arquitetos urbanistas, propositores de saberes que se fazem no confronto ou penetrando nas subjetividades e nos saberes tutelados.

Na esteira que Foucault nos indica não seria preciso apenas avaliar as condições arqueológicas de ordenação dos enunciados no campo da arquitetura e do urbanismo, mas também interrogar os sistemas de exclusão e rarefação que envolve essas enunciações discursivas.¹⁷ Caberia questionar certas “figuras histórico-políticas da vontade de verdade e da vontade de saber,” que permearam a nossa historiografia arquitetônica e urbanística, perguntando-nos, então, quem pôde dizer algo e sob quais condições institucionais. Essas especulações estão calcadas no questionamento específico das relações intrínsecas entre saber-poder-verdade elaboradas por Foucault. (FOUCAULT, 1988, 2005) Este insistirá em que não há verdade fora do poder ou sem o poder, pois

toda verdade gera efeitos de poder e todo poder se ampara e se justifica em saberes considerados verdadeiros. O poder funcionando na base da incitação, do reforço, do controle, da vigilância visando a otimização das forças que ele submete. O poder destinado a produzir as forças que lhe interessa, ordenando-as e fazendo-as crescer. Vale atentarmos frente à nossa formação no que se refere à constituição histórica de saberes em discursos qualificados como verdadeiros e a correlata desqualificação de outros (é o eixo da verdade). A vinculação entre a dimensão discursiva e a esfera extradiscursiva ou das práticas sociais com a consequente conexão entre a ordem da verdade e dos regimes de poder (é o eixo do poder). A constituição do homem historicamente objetivado e subjetivado no plano do conhecimento em contraponto à constituição de si mesmo no plano da ética (é o eixo do sujeito); eis os elos e conexões por onde podemos analisar nossas formações, nossas construções de saberes, poderes e subjetividades.

O saber como categoria de análise, tomando-o como uma estratificação histórica (formas de expressão/o que se diz e formas de conteúdo/o que se vê). (FOUCAULT, 1999) Não existem saberes desvinculados de relações de poderes e de subjetivações. Os processos de estratificações traduzem os interesses dessas relações que trabalham no sentido de garantir a consolidação de saberes assegurando-lhes assim suas territorialidades. O que está em jogo numa sociedade disciplinar e capitalista como a nossa é que tais relações quando hegemônicas produzem os agenciamentos que promovem a codificação e a sobrecodificação dos saberes que lhes convém, atribuindo-lhes a categoria de axiomas – verdades a serem disseminadas. Esses agenciamentos visam e trabalham para a consolidação desse território de conhecimentos específicos, traduzem a presença de agentes sociais, políticos e econômicos que defendem certos interesses e que são convertidos em conhecimentos específicos profissionais. Esses saberes acabam sendo sobrecodificados e passam a orientar as instituições de ensino e o exercício profissional. Geridos, agenciados e estratificados pelos poderes e pelas subjetividades em cena, esses saberes acabam sendo naturalizados e consumidos acriticamente por muitos profissionais do mercado. Para entender as relações de força que constituem nossas formações discursivas, enunciados arquitetônicos e urbanos, é oportuno na esteira de Foucault nos perguntarmos: quem fala? A quem fala? A quem respondem? Quais as estratégias utilizadas? Quem as consome? A quem interessam?

Privilégio da forma e visão preeminentemente estetizante, estratégias demiúrgicas, valorização da autoria dos projetos, crença no projeto como prospecção acabada da arquitetura, o conceito de tábula rasa como instrumento recorrente, determinismo, positivismo, padronização, totalitarismo e muitas outras formas de enunciados, eis o que encontramos de mais recorrente nos discursos e ações dos arquitetos e urbanistas contemporâneos desde os modernos. Tais agenciamentos acabam por constituir o campo do saber erudito onde se posicionam e relacionam: conhecimentos, experiências, ciências que reverberam na construção da subjetividade hegemônica desse meio.

O saber visto como estratificação no tempo constitui-se por acumulações, sedimentações, consolidação de ações, práticas, pensamentos, construção de subjetivações daqueles que dizem no campo da arquitetura e do urbanismo através de seus escritos, teorias, projetos, edificações em meio a um complexo de relações de forças constituído dentre poderes e micropoderes. Vemos, portanto, que as ações de arquitetos urbanistas tanto na prática profissional e/ou na produção docente enredam relações de saberes, poderes e subjetividades, e por isso possuem uma contundente conotação política. Mas os modos de ações desencarnados¹⁸ e desituados difundidos largamente pelos profissionais da área “protegem” os saberes, principalmente, no âmbito acadêmico dos fluxos correntes da multiplicidade¹⁹ de subjetividades e de poderes que constituem as mais diversas realidades. As subjetividades e poderes que afetam esses saberes “protegidos” e disseminados nas nossas formações e práticas são, em geral, os hegemônicos, aqueles associados à ordem macro, tutealada, dominante, molar.²⁰ É necessário que esses saberes passem pelo grande quadro dominante. Talvez possamos relacionar a homogeneidade e o consenso, características das cidades formais/com as cidades do pensamento único, com os espaços construídos pela incidência do saber erudito e hegemônico que dita os modos de se pensar dos arquitetos contemporâneos e que se parecem cada vez mais entre si. Possivelmente padronização, uniformização e semelhança sejam sintomas urbanos do excesso de estriagem, da redundância dos saberes tutelados se repetindo à exaustão.

Posturas desencarnadas: algumas suposições

Talvez possamos compreender que as posturas dos arquitetos urbanistas contemporâneos encontram-se duplamente desencarnadas/afastadas das realidades concernidas. Pois, vinculada excludentemente à ordem molar aos macropoderes, a subjetividade hegemônica aborta em seus escopos a associação e a abordagem de micropoderes, singularidades periféricas, emergentes na contemporaneidade, fazendo-se assim à revelia da pluralidade, dos movimentos urbanos, cotidianos tal qual se apresentam na realidade das cidades. Essa formação e visão centralizada no pensamento hegemônico resvala numa “cegueira” em relação às forças moleculares e cotidianas responsáveis pela construção de parte considerável das nossas cidades. Esse olhar e interesse unilateral acabam por reduzir, recortar o campo de ação desses profissionais que poderiam se lançar num espectro mais amplo do conhecimento e de experiências, na direção de se colocarem como construtores de novos saberes e não somente de reprodutores de saberes já instituídos e reconhecidos.

Nessa direção, essa seria a primeira suposição que nos levaria a relacionar as posturas desses profissionais à noção de desencarnação: alienação em relação à multiplicidade de poderes e subjetividades (macro e micro) e demais potencialidades inerentes a qualquer

vida urbana. Reiteramos que as críticas aqui desenvolvidas têm por alvo a formação desses profissionais enfocando principalmente o seu desenrolar no interior dos ateliês de projeto de Arquitetura e Urbanismo no âmbito acadêmico. Geralmente a formação dos arquitetos urbanistas insiste numa percepção de mundo em sua instância molar e não em suas singularidades, mas nas classificações e etiquetas conceituais a ela aderidas. Esse reconhecimento limitado, molar das coisas, do mundo, é imprescindível para nos situarmos nele e mais do que isso, para garantirmos nossa sobrevivência e é sobre esse quadro que construímos nossa subjetividade enquanto arquitetos urbanistas. Mas essa visão por demais recortada têm consequências no plano do saber e do fazer remetendo ao encobrimento das diferenças e das sinuosidades que caracterizam, por fim a própria alteridade do mundo. É nesse sentido que nos referimos nesse texto ao desencarnamento para adjetivar as posturas e modos de ações adotados por muitos dos arquitetos urbanistas contemporâneos.

Adentremos a segunda suposição acerca do desencarnamento empreendido nesse artigo. Se considerarmos que a formação erudita dos arquitetos urbanistas se dá afinada com os poderes hegemônicos e com os saberes dominantes no âmbito da subjetividade molar, no nosso caso, atrelado à subjetividade capitalista contemporânea, perceberemos que as noções que orientam a formação desses profissionais estão associadas à subjetividade moderna revelando uma desatualização ou uma defasagem em relação aos aspectos que engendram a contemporaneidade. As categorias que orientam as formações desses profissionais nos dias de hoje estão centrados nos conceitos de pensamento binário, unicidade, organismo, pirâmide, verticalidade, totalidade, verdade, idealização, homogeneidade donde podemos reconhecer sua relação e compasso com a concepção moderna do mundo. Na contemporaneidade desenvolvem-se outras características.

O ponto de partida é um diagnóstico inequívoco: estamos no tempo do Império.²¹ O império é uma nova estrutura de comando, em tudo pós-moderna, descentralizada e desterritorializada, correspondente à fase atual do capitalismo globalizado. O Império, diferentemente do imperialismo, é sem limites nem fronteiras, em vários sentidos: engloba a totalidade do espaço do mundo, apresenta-se como fim dos tempos, isto é, ordem a - histórica, eterna, definitiva, e penetra fundo na vida das populações, nos seus corpos, mentes, inteligência, desejo, afetividade. Totalidade do espaço, do tempo, da subjetividade. Jamais uma ordem política avançou a tal ponto em todas as dimensões, recobrindo a totalidade da existência humana. No entanto, esse poder já não se exerce verticalmente, desde cima, de maneira piramidal ou transcendente. Sua lógica, em parte inspirada no projeto constitucional americano, é mais 'democrática', horizontal, fluida, esparramada, em rede, entrelaçada ao tecido social e a sua heterogeneidade, articulando singularidades étnicas, religiosas, minoritárias. O império coincide com a sociedade de controle, tal como Deleuze e Foucault, a havia tematizado. (PÁL PELBART, 2003, p. 81)

Em substituição aos dispositivos disciplinares que antes diagramatizavam a nossa subjetividade moderna, surgem novas modalidades de controle. Em lugar do espaço

esquadrinhado pela família, escola, hospital, prisão, fábrica, tão característicos do período moderno, a sociedade de controle funciona através de dispositivos e agenciamentos de monitoramento mais difusos, flexíveis, ondulantes, incidindo diretamente nas três ecologias como havia anunciado Guattari²² (social, mental, ambiental). Negri e Hardt (2001) assinalam que Marx já falava de uma “subsunção” real do trabalho ao capital, assim como a escola de Frankfurt tematizou a “subsunção” da cultura. Trata-se na subjetividade contemporânea da “subsunção” da economia, da cultura e também do biossocial a um poder que assim engloba todos os elementos da vida social, mas é um domínio que produz algo muito paradoxal, e nada linear, pois ao invés de unificar tudo, cria um meio de pluralidade e de singularização não domesticáveis. (NEGRI; HARDT, 2001) Trata-se da biopolítica. Nessa perspectiva, esse termo deixa de estar prioritariamente relacionado ao poder e à sua racionalidade refletida tendo por objeto a população passiva. Ao mover-se de sua significação predominantemente biológica, expande-se para tornar-se cada vez mais uma virtualidade molecular e coletiva, afetiva e econômica. Biopolítica no sentido foucaultiano do poder sobre a vida, mas também como a potência da vida, poder de afetar e ser afetado. Fratura-se a linearidade moderna da divisão corpo/mente, individual/coletivo, público/privado, a vida ao mesmo tempo se pulveriza e se hibridiza, se moleculariza e se totaliza. Na esteira de Negri que por sua vez percorreu os estudos de Foucault diz-se que:

Definir o Império como regime biopolítico implica esse duplo sentido: significa reconhecer que nele o poder sobre a vida atinge uma dimensão nunca vista, mas por isso mesmo nele a potência da vida se revela de maneira inédita. Muito cedo, o próprio Foucault intuiu a natureza desse paradoxo: aquilo mesmo que o poder investia – a vida – era precisamente o que doravante ancoraria a resistência a ele, numa reviravolta inevitável. [...] é a multidão, e não o Império, em última instância, que cria, gera e produz novas fontes de energia e de valor que o Império tenta modular, controlar, capitalizar. [...] a lógica imperial do pós-moderno, com seu espaço liso e desterritorializante, removeu os últimos obstáculos para a subsunção real e total da sociedade ao capital. Foram varridos com isso os Estados-nação, a separação público/privado, a sociedade civil, instituições com função de mediação, e como nunca o biossocial foi sequestrado. Mas com isso, ao mesmo tempo, essa lógica pôs a nu as sinergias de vida, os poderes virtuais da multidão, o poder ontológico da atividade de seus corpos e mentes, a força coletiva de seu desejo, e por conseguinte a possibilidade real de ela reapropriar-se dessa sua potência. (PÁL PELBART; COSTA, 2003, p. 83-85)

A multidão refere-se à multiplicidade, ela é plural, heterogênea, centrífuga. Por conseguinte, ela é refratária à unidade política, não assina pactos com o soberano e não delega a ele direitos. Em contrapartida, a massa é concebida como um corpo público animado por uma vontade única. A multidão inclina-se a formas de democracia não representativas. (PÁL PELBART, 2003) Não por acaso, a formação acadêmica dos arquitetos urbanistas, assim como o pensamento hegemônico têm um olhar para as massas em detrimento da noção de multidão. Abordar o outro como “massa” é enxergá-lo como homogeneidade e não como multiplicidade na direção que a multidão nos leva. Se o nosso outro, aquele para quem projetamos e construímos, é abordado

enquanto “massa” homogênea, os espaços, arquiteturas e cidades que demandam também padecem dessa repetição, espaços consensuais.

Seria interessante que arquitetos urbanistas reavaliassem seus modos de pensar e agir, uma vez que as potências contemporâneas variam suas formas e reinventam suas coordenadas de enunciação. Concluímos que os dispositivos e agenciamentos que fundamentam nossa prática relacionam-se de certo modo com a subjetividade contemporânea, mas mais amplamente com a subjetividade moderna. Parece-nos que as categorias, estratégias e posturas utilizadas não se atualizaram, comprometendo-se mais com a sua reciclagem ou mesmo com a sua mera reprodução. Há uma defasagem na compreensão do mundo mesmo se tomado em seu aspecto molar, hegemônico. Nessa direção, em função dessa visão unilateral mesmo na relação com o pensamento dominante talvez as noções de estetização, tecnicismo enquanto fetiche, abordagem demiúrgica dos contextos, massificação, redução de visão crítica e passividade sejam sintomas ou refúgios onde a arquitetura e a urbanística erudita se alojem atualmente.

Nessas direções, estamos “fatiando” ou recortando nossas possibilidades de ações nas realidades, nas cotidianidades. E se privilegiamos as ações associadas a ordem molar, nos referenciamos a uma visão de mundo desatualizada, por demais moderna no seu estado idealizador, purista e formalista. E se esse recorte molar deixa a desejar por sua falta de diálogo com nossa atualidade, ele novamente se apresenta reducionista por sublimar a abordagem das esferas micro, moleculares que também carregam saberes, poderes, subjetividades e que constroem cidades a despeito de nossos interesses e intervenções.

Inspirados em Guattari vários pensadores contemporâneos insistem na dimensão semi-ótica do capitalismo. “Na velocidade da digitalização generalizada, a economia ressemtotiza todos os âmbitos da vida, colonizando vastas esferas da cultura, a inteligência, a atenção, a emoção, o tempo, o espaço, o próprio corpo.” (PÁL PELBART, 2003, p. 135) Outros pensadores insistem na predominância da linguagem e dos símbolos na economia atual, fazendo da comunicação o núcleo do processo produtivo.

‘Em todo caso, nesse contexto pós-moderno’, a comunicação aparece como um instrumento fundamental do controle imperial (depois da bomba e do dinheiro). A comunicação, inteiramente desterritorializada, recobre o globo e valida a subsunção real da sociedade ao capital. Entretanto, apesar dessa narrativa ‘totalitária’ que supõe um controle maciço do imaginário, da percepção, da subjetividade numa sociedade de controle, que prescinde de mediações e opera diretamente, maquinicamente, no cérebro e nos nervos, re-encontramos, mesmo nessas descrições de saturação, um meio de pluralidade e de acontecimento. Como diz Guattari, ao mesmo tempo em que estamos ‘presos numa ratoeira’, somos destinados às mais insólitas e exaltantes aventuras. (PÁL PELBART, 2003, p. 135)

Sondando forças que pedem outros arranjos

Compreendemos ou nos arriscamos a dizer que a subjetividade dos arquitetos urbanistas passa por planificações, por processos excessivos de sobrecodificação de seus saberes chegando a uma exaustão, uma debilidade, um desencarnamento. Isso porque viram demais, ouviram os mesmos discursos reproduzidos, foram atravessados demais, pelo que viram e ouviram, foram estratificados, desfiguraram-se, desfaleceram, desencarnaram. Por isso ser grande demais, eles só podem manter-se permeáveis se forem mantidos em uma condição de fragilidade. Torna-se difícil, pois reivindicar uma incorporação de arquitetos urbanistas pelas realidades concernidas, reivindicar uma liberdade de “seres ainda por nascer” tão cara a arquitetura e ao urbanismo, num corpo extremamente serializado, estratificado, corpo excessivamente musculoso, em meio a uma atlética autossuficiência. Será preciso produzir um corpo morto para que outras forças o atravessem? Para dar passagem a outras forças que um corpo blindado não permitiria? Foucault descreveu a modelagem do corpo moderno, sua docilização por meio de tecnologias disciplinares, que desde a revolução industrial otimizaram a força do homem – e temos ecos disso na formação e nas posturas desencarnadas dos arquitetos urbanistas e que perduram com base nessa herança moderna até os dias atuais. Diante disso, seria necessário retomar o arquiteto urbanista, seu corpo subjetivo e político naquilo que lhe deveria ser mais próprio, seu encontro com a exterioridade, sua condição de corpo afetado pelas forças do mundo.

Talvez por herança moderna e consequentemente atrelada ao modelo arborescente,²³ a nossa formação disciplinar e exercício prático demonstram-se avessos às desterritorializações,²⁴ A recusa à desterritorialização, uma marca do modelo arborescente, traria a consolidação que está presente no encerramento como fim essencial. Este é o saber moderno! Já o processo rizomático,²⁵ aceitando a desterritorialização potencial, demarca-se pelas aberturas. O modelo da árvore está associado à ideia de raiz, fundação, de sedentarização, que pede adesão a uma terra precisa. O rizoma ao desterritorializar não está mais associado a uma terra precisa, mas a um território que passa a ser móvel. Assim, o território está relacionado a um ato de criação, no sentido de que criamos nosso próprio território, já a noção de terra depende de um ato de fundação. Podemos territorializar o que quisermos. Os territórios estão associados à ideia de se estar em casa. Pode ser da ordem do corpo, da casa, da comunidade, da sociedade, do coletivo de arquitetos urbanistas etc. Traçar um território é marcar distâncias ou demarcar-se dos outros. O mais territorializado não é o mais consolidado, ao contrário, as consolidações, demonstram falta de certeza à constituição de um território. Essa passagem dos *Mil Platôs* de Deleuze e Guattari (1995) é tomada para fazer pensar as correlações entre a dificuldade dos arquitetos urbanistas em experimentarem posturas e modos de ações exteriores aos saberes hegemônicos, tutelados pelo quadro

molar mesmo que as realidades nas quais intervenham demandem por construir e/ou reinventarem outros saberes. Ou seja, mesmo que essas realidades se façam elas mesmas por linhas de fuga, por desterritorializações. Como no caso dos assentamentos de sem-teto, de sem-terra ou mesmo dos favelados, as proposições arquitetônicas e urbanísticas estão, em geral, associadas às mesmas respostas dadas às demandas da cidade formal. Ora, está-se diante de agenciamentos complexos construídos por fortes conflitos e respondemos com os mesmos dispositivos, com os mesmos enunciados? O gosto pelo saber estratificado prevalece a despeito de sua desterritorialização. Arriscamos evidenciar possíveis motes que justificam os modos de ações desencarnados de feitos de arquitetos urbanistas contemporâneos: a sua recusa à desterritorialização fundada no pensamento arborescente moderno, enraizado.

Acreditamos que investir numa pedagogia comprometida com a criatividade diante das adversidades é trabalhar para ampliar a nossa formação para além dos ditames hegemônicos. Essa diversidade e entrecruzamentos de poderes, saberes e subjetividades nas diferentes esferas e escalas contribuiria para a formação de arquitetos urbanistas reativos e inventivos e não meros reprodutores de ideias, teorias e ações exaustivamente difundidas. Tais formações molares correm exteriores aos conflitos do cotidiano e num consenso passivo com a hegemonia do Capitalismo Mundial Integrado (CMI). Importa também compreender a miríade sob a qual constitui-se tal hegemonia. Essa emancipação e alienação à vida corrente se reflete no uso formal, estetizante, pouco criativo de metodologias, tecnologias, materialidades e suas consequências na construção de paisagens desituadas. Daí nos referirmos a essas posturas como “desencarnadas”. Junto a essas totalizações, “verdades”, métodos fechados e tutelados vemos os reducionismos e as repetições de toda natureza na construção desses territórios ao contrário de uma autonomia que se faria pela proposição de novas e outras pedagogias projetuais e construtivas a cada problema que a realidade nos colocasse. Essa outra pedagogia ratifica uma postura politicamente emancipadora do purismo canônico no nosso campo, uma vez que a ela subjaz uma vontade por processos educacionais que reflitam num comportamento ativo dos arquitetos urbanistas junto aos seus próprios meios sociais. Trata-se de relacionarmos as coisas, os materiais e operacionalizarmos referências culturais, tecnológicas, desejos e necessidades; é uma ação de fazer fazendo e de invenção plástica sobre as referências. Estamos nos remetendo a vasos comunicantes entre determinadas localidades e seus microsaberes, micropoderes, singularidades a circularem/infiltrarem por entre a subjetividade hegemônica no campo da arquitetura e urbanismo de caráter globalizante.

A franca incorporação dos projetos por uma variada gama de usuários também depende da linguagem do próprio projeto. A potência dessas incorporações está nas maneiras de abordar, fazer conhecer um sítio específico, os processos participativos envolvidos, assim como as estratégias de desenho, de representação, de tecnologias, materialida-

des e processos construtivos elencados. Sabemos que muitas vezes uma construção arquitetônica pode deflagrar-se a partir de materiais e tecnologias disponíveis e não “incondicionalmente” o seu reverso. Pois, ironicamente, grande parte das cidades brasileiras é edificada por seus construtores/moradores através dos processos de bricolagem. O desenho também não se presta somente como ferramenta prospectiva e de negociação entre arquitetos, urbanistas, engenheiros ou como representação final a ser vista (aprovada ou não pelo cliente), mas constitui também numa potente plataforma/interface relacional e interativa entre arquitetos, urbanistas, técnicos, comunidades, habitantes, a mão-de-obra implicada na construção dessas arquiteturas. Basta explorarmos as estratégias projetuais propostas pela arquiteta Lina Bo Bardi para reconhecermos no desenho uma ferramenta a potencializar os projetos como campo aberto às contribuições e inferências dos envolvidos no trabalho, sejam eles mestres de obra, marceneiros, telhadeiros, serralheiros, bem como a participação da comunidade concernida. A arquiteta atuava diretamente no canteiro, usava tecnologias novas e simultaneamente incorporava a capacidade de elaboração dos próprios pedreiros e dos mestres de obra. Projetar no canteiro e trabalhar as soluções *in loco*, parece ser uma maneira de fundir canteiro e desenhos. Esses fornecem índices das expectativas quanto ao uso e a apropriação do espaço projetado e, através deles compreende-se melhor aquilo que se verifica com a arquitetura em pleno funcionamento. Os desenhos do arquiteto urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos também nos fazem reconhecer nesses um catalisador/dispositivo pedagógico e de participação popular para os habitantes envolvidos, bem como a relação do arquiteto Sérgio Ferro com os modos de produção de arquiteturas. Há uma equalização, um reinventar de ferramentas, de estratégias, meios, materiais, técnicas a cada novo projeto, colocando-se novamente o problema para resolver a questão. Trata-se de outros procedimentos, outras dinâmicas baseadas numa lógica múltipla, escapando à linearidade com a qual em grande parte os projetos de Arquitetura e Urbanismo são desenvolvidos. Cada projeto é uma resolução circunstancial. É como se para cada projeto o problema se apresentasse novamente, não seguindo um repertório de soluções e linguagens, liberando tudo para ser reinventado. O projeto não é um mero método a ser seguido de modo a resultar em obras mais ou menos competentes e belas dependendo do virtuosismo do arquiteto em questão. Mas projetar consiste num conjunto de agenciamentos que junta, sobrepõe, contrapõe, aproxima (macro e micropoderes, subjetividades, singularidades, processos de territorialização, desterritorialização, reterritorializações, máquinas desejantes, saberes estratificados e por vir, devir). Nesse sentido o arquiteto urbanista é um aglutinador de vários processos onde seu comprometimento não é somente plástico, mas técnico, social inerente às suas responsabilidades políticas. Esse engajamento tenaz ao cotidiano, ao contrário do desencarnamento, pretende constituir-se enquanto um processo educacional que se reflita num comportamento ativo da população junto ao seu próprio

meio social, ratificando sua postura incorporada, politicamente emancipadora. O que defendemos não diz respeito à eliminação de um conjunto de procedimentos em razão do outro. Não seria razoável pensarmos numa substituição e na adesão integral a um sistema de valores por outro.

Sobre a formação acadêmica poderíamos dizer, grosso modo, que essa tem sido mais ferramental do que ética. É preocupante o modo automatizado como se está facilitando a sobrecodificação dos valores hegemônicos que acabam por construir arquiteturas e cidades. Introeção de conceitos como, por exemplo, a estrutura binária que acaba em última instância, ajudando na naturalização de cidades em guerra, polarizada em seus pares antônimos, em suas dicotomias: bolhas, bolsões de cidades dos pobres e cidades dos ricos. É sobre automatismos e processos de naturalização que temos muitas vezes construído nossos olhares em relação às realidades e a seus conflitos. Há, todavia, um simbólico dominante que constrói engrenagens de poder e de subjetividades invisíveis, embutidas em nosso cotidiano e pelas quais passamos como simples receptores/reprodutores acríticos.

Mas, a partir desse quadro molar no qual se apresenta a contemporaneidade – sociedade de controle, sociedade do espetáculo, sociedades disciplinares – em que medida, nesse contexto, poderíamos reinaugurar processos subjetivos, singularizados, posturas incorporadas, no que diz respeito às práticas arquitetônicas, urbanas, estéticas, sociais, políticas? Como, no interior da narrativa por demais unilateral da sociedade do espetáculo e da sociedade de controle, podemos infiltrar nesse campo reabrindo-o para outras cartografias? Como infiltrar no quadro molar buscando construir práticas e posturas incorporadas à realidade miúda, cotidiana fazendo comunicar num comum sensível a diferença dos indivíduos?

Mais radicalmente, impõe-se a pergunta: que possibilidades restam de criar laço, de tecer um território existencial e subjetivo na contramão da serialização e das territorializações propostas a cada minuto pela economia material e imaterial atual? Como reverter o jogo entre a valorização crescente, ativos intangíveis tais como inteligência, criatividade, afetividade e a manipulação crescente violenta da esfera subjetiva? Como detectar modos de subjetivação emergentes, focos de enunciação coletiva, territórios existenciais, inteligências grupais que escapam aos parâmetros consensuais, às capturas do capital e que não ganharam ainda suficiente visibilidade no repertório das cidades? Há alguns anos no Brasil eram visíveis configurações comunitárias diversas, ora ligadas à Igreja, ora ao Movimento dos Sem Terra, ou provenientes de movimentos reivindicatórios e estéticos diversos, como o hip-hop, ou mobilidades de 'inclusão às avessas' proporcionada pelas gangues de periferia, mantendo com as redes hegemônicas graus de distância ou enlaces diversos. (PÁL PELBART, 2003, p. 22)

Quando nas Conversas com Kafka Janoush diz ao escritor tcheco que vivemos num mundo destruído, este responde: “Não vivemos num mundo *destruído*, vivemos num mundo *transtornado*. (PÁL PELBART, 2003, p. 27, grifo do autor) Tudo racha e estala como no equipamento de um veleiro destróçado”. Rachaduras e estalos que Kafka dá a ver, que a situação contemporânea escancara, e que não passam apenas entre as

civilizações, mas no interior de cada uma delas. Talvez o desafio seja de intensificar esses estalos e rachaduras do Império, mas também do Estado-nação, das classes, dos gêneros, das identidades, das arquiteturas, do urbanismo para dar a ver nas linhas de fraturas diversas a potência de mescla, de recombinação presentes na vida real, incorporada. Vamos às linhas de fuga...

Monique Sanches Marques é Arquiteta pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (IMI), Belo Horizonte; Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU UFBA) – Área de Concentração em Urbanismo; Mestre pelo Núcleo de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (NPGA UFMG). Atualmente é Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA UFMG).

Notas

- ¹ O recorte cronológico a partir do movimento moderno justifica-se, uma vez que seus postulados ainda afetam consideravelmente as atitudes e modos de ações dos arquitetos urbanistas contemporâneos. Nesse artigo optou-se por empregar o termo moderno como termo geral dado aos movimentos de vanguarda do século XX e não utilizar o termo modernismo, visto que esse entende-se como um movimento de aderência ao moderno pela questão do estilo, que num processo de exacerbação levou o moderno à massificação mundial pela repetição sem critério dos seus padrões estéticos.
- ² Designando a divindade organizadora do universo, o “Deus arquiteto do Universo”.
- ³ Tábula rasa na versão latina é traduzida em português como um termo filosófico (tábula rasa) e no dito popular (tábua rasa), significando um estado em que um determinado objeto se encontra. “Tábula rasa. Filo. No empirismo mais radical, estado de indeterminação completa, de vazio total, que caracteriza a mente antes de qualquer experiência. Tábula rasa, s.f. Superfície plana preparada para receber uma inscrição, porém onde nada ainda se gravou.” (FERREIRA, 1996, p. 762) No sentido que nos interessa nesse artigo, o conceito de tábula rasa está vinculado à ideia de supressão de um determinado tecido urbano existente. Tábula rasa envolvendo o desejo de abrir espaço para a criação. O desejo de tábula rasa incorpora criação e destruição. No Urbanismo, entendido como o estudo da cidade e da questão urbana, incluindo as ações projetos e propostas dele decorrentes, a noção de tábula rasa corresponde a um posicionamento de ruptura daquele que pensa ou age, em relação às experiências ou concepções anteriores, em seu sentido filosófico como também corresponde a um estado de vazio da matéria, como na tela branca, ou no espaço a ser preenchido. Corresponde a um estado idealizado (físico ou psíquico) de se encontrar o zero absoluto ou a pureza total. Diz respeito às práticas urbanísticas imbuídas de intenções de transformar cidades criando algo “novo”, destruindo suas partes ou destruindo-as completamente fazendo ali novas cidades ou novas partes.
- ⁴ Entre 1942 e 1948, Le Corbusier desenvolveu um sistema de medição que ficou conhecido por “Modulor”. Baseado na razão de ouro e nos números de Fibonacci e usando também as dimensões médias humanas (dentro das quais considerou 183 cm como altura *standard*), o Modulor é uma sequência de medidas que Le Corbusier usou para encontrar harmonia nas suas composições arquitetônicas. A aplicação dessas proporções pode ser vista em diversos de seus edifícios. Para Le Corbusier, a forma artística é resultado lógico do “problema bem formulado”: os navios a vapor, os aviões, cuja forma corresponde exatamente à função, são belos como o Partenon. Le Corbusier encontrará a fórmula: o homem como a medida de todas as coisas, a medida humana, o Modulor. Le Corbusier propõe colocar como medida o homem ideal, Modulor, a despeito do homem real das ruas.
- ⁵ O termo “estetização” refere-se à obsessão por parte dos arquitetos pelas imagens e por sua produção. A estimulação sensorial a que induzem essas imagens pode ter um efeito *narcótico* que diminui a consciência social e política deixando os arquitetos distantes das preocupações reais da vida cotidiana. O termo estetizante não é usado aqui no sentido grego, *aesthesis*, referente a percepções, conscientização dos sentidos e elevações das emoções e dos sentimentos.
- ⁶ No sentido do capitalismo pós-industrial.
- ⁷ Na concepção deleuziana o agenciamento pode ser definido como um sistema de relações que pode ser estabelecido entre diferentes elementos como leis, discursos, instituições, proposições filosóficas ou científicas. O termo “agenciamento” constitui um tipo de formação que tem como função principal em um dado momento histórico responder a uma necessidade urgente. O agenciamento tem, portanto, uma função estratégica dominante.
- ⁸ Projetar - (latim *projecto*, - are- lançar para frente). lançar de si, arrojado, arremessar, estender, cobrir com, fazer incidir, fazer tensão de, planejar. Geom. Topogr. Traçar a representação de um corpo num plano segundo certas regras geométricas, estender-se, delinear-se, prolongar-se, incidir. (FERREIRA, 1996)

- ⁹ “Muitos leitores de Foucault, Deleuze e Guattari entenderam que o que estavam propondo tais pensadores era que se considerasse as relações de dominação em pequena escala — relações intersubjetivas como entre homem /mulher, branco/negro, hetero/homo —, e não só em grande escala — como entre classes sociais ou Estado/Sociedade. Mas não é absolutamente disso que trata a micropolítica; não está absolutamente nisso a contribuição inovadora destes autores. ‘Micro’ refere-se à dimensão do processo de produção das formas de realidade: a realidade em vias de se constituir, se definir (territorializar) e ao mesmo tempo, em vias de se desmanchar (desterritorializar). Realidade tanto individual quanto grupal ou coletiva. Enquanto ‘macro’ refere-se à realidade em suas formas constituídas — aqui também, tanto ao nível individual quanto grupal ou coletivo. É na lógica das formas constituídas que se pensa em termos de um todo, de pólos em conflito e/ou contradição — em suma, em relações de dominação. E esta lógica (macro) vale tanto para relações de dominação entre Estado e Sociedade quanto para as relações de dominação do contexto de um casal. Pensar o poder enquanto ‘técnica de subjetivação’, como propõe Foucault, é pensá-lo segundo uma outra lógica, a qual permite por exemplo lutar contra a reificação da consciência e apreender a dimensão de criatividade social”. (ROLNIK, 1990?)
- ¹⁰ Esses arquitetos urbanistas através de suas práticas tradicionais, em geral, lutam nesses contextos exatamente contra os movimentos pré-existentes, com a finalidade de estabelecer uma pretensa ordem formalista na cidade. A reprodução acrítica dos postulados projetuais em arquitetura e urbanismo principalmente nas favelas, na cidade informal, age no sentido de buscar acabar com as potencialidades imanentes do já existente, fixa normas por antecipação, inibe ações imprevisíveis e, sobretudo, impede uma participação efetiva e real da população concernida.
- ¹¹ Decalque é aqui utilizado na concepção desenvolvida por Deleuze e Guattari: decalcomia entendida como competência em reproduzir o que se sabe, o que já foi adquirido antes, pois, o decalque reproduz a si mesmo pensando em reproduzir outra coisa e opõe-se ao conceito de performance que estaria relacionado ao conceito de criação. O decalque na teoria de Deleuze e Guattari (1995) remonta a ideia da reprodução sem fim (repetição do mesmo). O decalque volta sempre ao mesmo, é um modelo que organiza, estabiliza, quebra as multiplicidades e, dessa forma, cessa o movimento.
- ¹² “Na cidade luminosa, moderna, hoje, a ‘naturalidade’ do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa. Essa historicização da metafísica crava no organismo urbano áreas constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao resto da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas ‘opacas’. Estas são os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços de exatidão. Os espaços inorgânicos é que são abertos, e os espaços regulares são fechados, racionalizados.” (SANTOS, 2006 TROCAR POR 2006, p. 261)
- ¹³ A ville radieuse consiste numa proposta urbanística desenvolvida pelo arquiteto urbanista Le Corbusier em 1922. Caracteriza-se por um projeto de cidade dividida em zonas de faixas paralelas em que cada faixa se destinaria a um uso previamente estipulado. Assim, existiriam faixas para a zona de educação, comércio, transporte, hotéis e embaixadas, indústria leve e pesada, armazéns e trens de carga, e zona verde. A ville radieuse seria uma cidade da máquina onde todos os edifícios estariam sobre pilotis, possibilitando a existência de uma área verde contínua para o uso de pedestres. Um fator importante nessa proposta era a habitação. Cada centímetro quadrado era distribuído racionalmente e as divisões internas reduzidas ao mínimo. Era a moradia da era da máquina. Na urbanística da ville radieuse a cidade é tratada como um fato abstrato, fruto de uma utopia que transformaria a sociedade de forma abrangente, a começar pela implantação de um novo desenho urbano à custa da supressão do tecido existente, passando pela mudança no sistema de propriedade da terra, pela reorganização funcional do território, e por fim a introdução de um novo estilo de habitar a casa e a cidade. A ville radieuse (1922) de Le Corbusier é a proposta que melhor expressa esse ideal urbanístico e estético.
- ¹⁴ Sobre os modos e tempos de fazer do cotidiano Michel De Certeau navega por entre os conceitos de estratégias, táticas, circunstâncias, ocasiões. Nesse campo, “[...] denomina de estratégia o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento que um sujeito de querer e poder é isolado de um ambiente. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo este modelo estratégico”. (DE CERTEAU, 1994, p. 46)
- Ao contrário de estratégia De Certeau chama de “[...] tática um cálculo que não pode contar com um próprio, nem, portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. O próprio é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para captar no vôo possibilidades de ganho. O que ela ganha não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ocasiões. Sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ocasião”. (De CERTEAU, 1994, p. 46)
- ¹⁵ Segundo Deleuze e Guattari (1995, MUDAR AQUI PARA 1995, p. 32) rizoma enquanto um sistema aberto de conexões de multiplicidades e de heterogeneidades.
- ¹⁶ As positivities são leis de formação de todo um conjunto de objetos, de tipos de formulação, conceitos, opções teóricas, que são investidas nas instituições, nas técnicas, nas condutas individuais e coletivas, nas operações políticas, nas atividades científicas, nas ficções literárias, nas especulações teóricas nas construções arquitetônicas e urbanísticas. Foucault nomeia por positividade – “[...] o momento a partir do qual uma prática discursiva se individualiza e assume sua autonomia; o momento, por conseguinte, em que se encontra em ação um único e mesmo sistema de formação de enunciados, ou ainda, o momento em que esse sistema se transforma”. (FOUCAULT, 2000, p. 15)
- ¹⁷ Na abordagem foucaultiana compreende-se formações discursivas por “[...] um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se

refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática.” (FOUCAULT, 2005, p. 82)

¹⁸ O termo *desencarnado* é aqui usado no sentido de afastado, separado, designando práticas projetuais de arquitetos e urbanistas que desconsideram as especificidades dos contextos e dos habitantes em questão.

¹⁹ Multiplicidade não é diversidade: diversidade é o coletivo do diferente. Multiplicidade é a capacidade, a potência para a multiplicação, da transformação disso para aquilo e aquilo outro. Por isso ela é experimento, é proliferação (e...e...e...) e não reconhecimento ou representação (isso, aquilo). Sobre o princípio da multiplicidade afirmam Deleuze e Guattari (1995): o múltiplo, só quando é efetivamente tratado como substantivo, como multiplicidade, deixa de ter qualquer relação com o Um como sujeito ou objeto, realidade natural ou espiritual, imagem e mundo. (DELEUZE; GUATTARI, 1995)

²⁰ A questão micropolítica – ou seja, a questão de uma análise das formações do desejo no campo social – refere-se ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas que Guattari e Rolnik (1993) denominam de “molar” – com aquele que chamou de molecular. As lutas sociais, a construção de cidades, de arquiteturas são, ao mesmo tempo, molares e moleculares. A análise micropolítica se situa no cruzamento entre esses diferentes modos de apreensão de uma problemática. Claro que os modos não são apenas dois: sempre haverá uma multiplicidade, pois não existe uma subjetividade de um lado e, do outro, a realidade social material. Sempre haverá “n” processos de subjetivação, que flutuam constantemente segundo os dados, segundo a composição de agenciamentos, segundo o momento que vão e vêm. Os mesmos elementos existentes nos fluxos, nos estratos, nos agenciamentos podem organizar-se segundo um modelo molar ou segundo um modelo molecular. Se todas as formas provêm de uma relação de força e, portanto, de uma relação de poder, podemos afirmar que todas são políticas. “[...] Tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica.” O macro e o micro são dois modos de recortar a realidade, “as duas efetivamente se distinguem mas são inseparáveis, embaralhadas uma com a outra, uma na outra”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 90) Quando tratamos de uma realidade, já tratamos de força e de formação ao mesmo tempo – elas estão sempre juntas. A micropolítica trata do campo das forças, do que insiste em permanecer velado, subterrâneo, enquanto a macropolítica trata das formas, do que se dá facilmente à nossa percepção, e é justamente pelo fato de que esses modos são inseparáveis que nos interessa a análise da *micropercepção*. Ela irá nos interessar, precisamente, porque no campo da arquitetura e do urbanismo somos “treinados” a ver os espaços como formas, reduzindo o espaço a essa dimensão macro, como se nele apenas encontrássemos macropolítica.

²¹ A referência ao “Império” advém da obra de mesmo nome escrita pelo pensador e militante italiano Toni Negri juntamente com o filósofo americano Michael Hardt. (NEGRI; HARDT, 2001)

²² Esses registros dizem respeito às *Três Ecologias* desenvolvidas por Félix Guattari (1990), onde analisa e reflete sobre as práticas sociais e individuais segundo as três rubricas complementares – a ecologia social, a ecologia mental e ecologia ambiental – sob a égide ético-estética de uma ecosofia. Ou seja, as relações da humanidade com o *socius*, com a psique e com a natureza.

²³ Na perspectiva moderna, o pensamento é arborescente, existem poucas disciplinas que não passam por esquemas de arborescência. “[...] Há todo o tipo de caracteres na árvore: ela tem um ponto de origem, germe ou centro; é máquina binária ou princípio de dicotomia, com suas ramificações que repartem e se reproduzem perpetuamente, seus pontos de arborescência; é eixo de rotação que organiza as coisas em círculo, e os círculos em torno do centro; ela é estrutura, sistema de pontos e de posições que engendram todo o possível, sistema hierárquico ou transmissão de comandos, com instância central e memória recapituladora; tem um futuro e um passado, raízes e cume, toda uma história, uma evolução, um desenvolvimento; ela pode ser recortada, conforme cortes ditos significantes à medida que seguem suas arborescências, suas ramificações, suas concentricidades, seus momentos de desenvolvimento”. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 35)

²⁴ “O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. “[...] O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir”. “A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios ‘originais’ se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente as estratificações materiais e mentais.” “Simplificadamente podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, ‘é a operação da linha de fuga’ e a reterritorialização é o movimento de construção do território”. (GUATTARI; ROLNIK, 1993, p. 323) Deleuze e Guattari afirmam que a desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis. Se há um movimento de desterritorialização, teremos também um movimento de reterritorialização. (DELEUZE; GUATTARI, 1995) “[...] De forma que não se deve confundir a reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga: ela implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo é desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua”. (GUATTARI; ROLNIK, 1993, p. 323)

²⁵ Deleuze e Guattari transformam a metáfora vegetal do rizoma em conceito filosófico, em *Rhizome*, de 1976, retomado mais tarde em *Mil Platôs* (1995). Eles se opõem ao modelo arborescente e unitário do pensamento (piramidal), ao sistema árvore-raiz, e propõem outro sistema, baseado na multiplicidade chamado Rizoma. Este constitui, portanto,

uma rede; com ele se quebra a ideia – própria da árvore – de ordem e de hierarquia. Mas, diferentemente de outros tipos de redes, o Rizoma não é simétrico, é heterogêneo, visto que as conexões se fazem por acaso, na desordem. Os pontos de um rizoma não são fixos, deslocam-se, formando linhas, “linhas de fuga” ou de “desterritorialização”.

Referências

- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. arte de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs, capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. 5 v.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Tradução por Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. São Paulo: Vozes, 1971.
- _____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 1. v
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GUATTARI, Félix. *As Três Ecologias*. Campinas. São Paulo: Papyrus, 1990.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*, Petrópolis: Vozes, 1993.
- LE CORBUSIER. *Urbanismo*. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. 1.ed. Martins Fontes: São Paulo, 1992.
- LEVÍ-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Tradução por Tânia Pellegrini. São Paulo: Ed. Nacional, 1989.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. Tradução por Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- PÁL PELBART, Peter. *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003. p. 27
- PORTELA, Thais de Bhathumchinda. *O caminho da ação entre o padrão e a gambiarra*. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Salvador, ano 5, p. 79-92, 2007. Número especial.
- ROLNIK, Suely. *Uma ética do real*. [1990?]. Disponível em: <www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/eticareal.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2010.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2006.
- _____. *Por uma outra globalização do pensamento único e à consciência universal*. São Paulo: EDUSP, 2006.